

O SR. GIL DINIZ - PL - Que nível baixo, raso. O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Qual é a Questão de Ordem? Era só essa? Obrigado. Devolvo a palavra para o deputado Maurici. (Vozes sobrepostas.) O senhor já fez a Questão de Ordem, deputado. O senhor está discutindo. (Vozes sobrepostas.) Deputado Maurici com a palavra. O SR. GIL DINIZ - PL - Peço que retire das notas taquígráficas as palavras do deputado Maurici sobre o presidente Bolsonaro, presidente. O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado. O SR. MAURICI - PT - Então, eu diria o seguinte, presidente, para concluir. Primeiro, eu não fiz acusação nenhuma. Eu só disse que a indignação que ele manifesta em relação ao estupro que ele não configura...

O SR. GIL DINIZ - PL - Falta de respeito com o povo de Israel, presidente. Que falta de respeito, presidente. Presidente, que falta de respeito com Israel, presidente. É um absurdo, presidente. O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Eu gostaria... Deputado Gil, o senhor conhece o Regimento. Deputado Gil Diniz, por gentileza. Eu vou cortar o microfone de Vossa Excelência. O senhor conhece o Regimento, o senhor conhece o Parlamento. O SR. GIL DINIZ - PL - O senhor não pode deixar essa comparação imoral...

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Corte o microfone do deputado Gil Diniz, por gentileza. Deputado Maurici. O SR. MAURICI - PT - Olhos injetados, baba, saliva escorrendo pela boca. Isso é que contribui para um clima hostil. Deputado Gil Diniz, que o senhor não compreenda russo para entender a questão ucraniana e russa, que o senhor não compreenda mandarim para entender a questão da República Popular da China e a questão de Taiwan, eu considero bem razoável. Agora, que o senhor não entenda português para ter a compreensão do que eu estou falando aqui, isso é lamentável. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem o deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Obrigado, Sr. Presidente. Iniciado o debate da PEC, nós construímos, há pouco, um acordo com as lideranças presentes: a possibilidade de considerarmos uma hora e meia debatido esse projeto. E voltamos na próxima semana para continuar o debate.

Então, considerando todo o tempo, uma hora e meia de discussão feita.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Esse é o acordo. Então, uma hora e meia de discussão.

O SR. LEONARDO SIQUEIRA - NOVO - Pela ordem, presidente. O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Só um minutinho, por gentileza, deputado. O acordo, então, feito com as lideranças é uma hora e meia discutida a Emenda Constitucional no 03.

Deputado Paulo Fiorilo, encerra-se então a sessão hoje, não tem mais nada, e voltamos na terça-feira para a sequência do debate. Esse é o acordo? Obrigado.

Pela ordem, deputado Leo. O SR. LEONARDO SIQUEIRA - NOVO - PARA COMUNICAÇÃO - Eu quero deixar claro que a liderança do Novo não foi consultada, mais uma vez.

Não é a primeira vez em que eu aviso isso.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Então há acordo ou não há acordo?

O SR. LEONARDO SIQUEIRA - NOVO - Pela ordem, presidente. Houve um acordo numa sala em que eu não estava presente e não foi consultado.

Só quero deixar claro isso.

O SR. PAULO FIORILO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, só para esclarecer: eu fiz aqui a referência e disse “as lideranças presentes”. O acordo foi construído aqui. A reunião na sala do presidente foi sobre outro tema, que não dizia respeito a outros partidos.

Então, só para deixar claro.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado. Há um acordo, então, para que nós encerremos a sessão. É isso?

Então, não havendo mais nada a tratar, havendo acordo de lideranças, está levantada a presente sessão.

Obrigado, bom feriado a todos.

- Levanta-se a sessão às 19 horas e 01 minuto.

11 DE OUTUBRO DE 2023 119ª SESSÃO ORDINÁRIA

<p>Presidência: REIS e CARLOS GIANNAZI</p>
--

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - REIS
Assume a Presidência e abre a sessão. Tece considerações acerca da campanha de conscientização Outubro Rosa.
2 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - OSEIAS DE MADUREIRA
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência. Crítica o Governo do Estado de São Paulo por não elaborar o projeto das APDs.
6 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - REIS
Assume a Presidência.
8 - MAJOR MECCA
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - PRESIDENTE REIS
Tece considerações sobre a sua visita ao Guarujá. Informa que solicitou uma CPI referente ao tiroteio em Paraisópolis, durante a campanha eleitoral do governador Tarcísio de Freitas.
10 - CAPITÃO TELHADA
Por inscrição, faz pronunciamento.
11 - EDUARDO SUPLYCI
Por inscrição, faz pronunciamento.
12 - CAPITÃO TELHADA
Para comunicação, faz pronunciamento.
13 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
14 - CARLOS GIANNAZI
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
15 - EDUARDO SUPLYCI
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
16 - EDUARDO SUPLYCI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
17 - PRESIDENTE REIS
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 16/10, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Reis.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Só para avisar que nós estamos no Outubro Rosa, mês de várias ações da Prefeitura, do estado, da sociedade civil, no combate ao câncer de mama, estendido ao câncer de ovário. Por isso, hoje, eu estou aqui com o “botton” do Outubro Rosa. Também tentei arrumar uma gravata, o mais próximo do rosa possível, Srs. Deputados.

Dando início ao Pequeno Expediente, quero chamar, para fazer uso da palavra, o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputada Ediane Maria. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Reis, deputadas e deputadas, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia.

Sr. Presidente, eu quero dizer que a primeira emenda ao Orçamento de 2024, que foi publicada, é logicamente a Emenda nº 1. E a emenda que obriga o estado de São Paulo, o governo estadual, a devolver tudo aquilo que foi confiscado, roubado e assaltado dos aposentados e pensionistas, durante aproximadamente dois anos.

Refiro-me ao período do governo anterior, Doria/Rodrigo Garcia, com a aprovação da Reforma da Previdência, aprovada aqui em 2020, fruto da Reforma da Previdência de 2019, do ex-governo Bolsonaro, que autorizou os estados e municípios a cobrarem contribuição previdenciária de quem já estava aposentado, e ganhava abaixo do teto do INSS.

Então o que aconteceu? O governo Bolsonaro abriu as portas do inferno para que os municípios e os estados pudessem praticar esse verdadeiro crime contra os aposentados e pensionistas, que já estavam aposentados, já tinham contribuído com o seu regime previdenciário.

Mas, mesmo assim, aqui em São Paulo, imediatamente, em 2020, foi aprovada a reforma previdenciária do ex-governador Doria e, em seguida, no auge da pandemia, ele publicou o decreto confiscando as aposentadorias e pensões de todos os servidores e servidoras do estado de São Paulo que ganhavam abaixo do teto do INSS.

Nós fizemos uma intensa luta no estado de São Paulo, junto com os servidores, junto com as entidades, principalmente, junto com as twiteiras, e conseguimos reverter essa situação, aprovando um projeto de lei aqui na Assembleia Legislativa. Isso depois de muita luta. E o confisco foi revogado.

Porém, Sr. Presidente, agora nossa luta é para que seja devolvido o dinheiro confiscado. Então, a Emenda nº 1 que eu apresentei, que já está publicada - essa daqui que eu coloquei aqui no telão - é importante porque ela faz justiça com os aposentados e pensionistas.

Então peço já o apoio aqui de todos os 94 deputados e deputadas, para que nós possamos aprova-la e que ela integre esse Orçamento para 2024, que é um Orçamento de mais de 328 bilhões de reais. Então nós temos condições econômicas, orçamentárias, de devolver o que foi retirado dos aposentados e pensionistas durante esse período.

Lembrando que esse Orçamento, Sr. Presidente, destina mais de 65 bilhões de reais aos grandes grupos econômicos, na forma de isenções fiscais e benefícios fiscais. É um Orçamento que aumentou o pagamento da dívida pública, foi de 13 para 15 bilhões de reais.

Então, quer dizer, para pagar os grandes grupos econômicos tem dinheiro, para pagar a dívida pública que vai enriquecer ainda mais os especuladores da dívida pública, os bancos nacionais e internacionais, a gente tem dinheiro.

Agora, para pagar os servidores, para pagar o que foi roubado, porque isso foi um assalto à mão armada, Sr. Presidente, do ex-governador Doria contra os aposentados e pensionistas, então vai ter dinheiro, também, para devolver.

E não é muito, Sr. Presidente, nós temos o cálculo aproximado de 2 bilhões e 300 milhões de reais. Não vai fazer falta para os cofres do estado porque, como eu disse, o Orçamento é bilionário e prioriza outras áreas, que não são as áreas sociais.

Inclusive, ele reduz o investimento nas áreas sociais e a gente vai denunciar isso exaustivamente durante o debate, agora, do Orçamento, aqui na Assembleia Legislativa.

Então, Sr. Presidente, muito importante a aprovação dessa emenda. A Emenda nº 1 é uma forma de se fazer justiça com os aposentados e pensionistas.

E, ao mesmo tempo, nós temos a luta no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, com a PEC que foi apresentada pela deputada Luciene Cavalcante, do PSOL aqui de São Paulo, professora, supervisora de ensino, que revoga um dos artigos da Emenda no 103, que impôs a aprovação desse dispositivo que autoriza governos estaduais e municipais a confiscarem as aposentadorias e pensões, como acontece agora aqui na cidade de São Paulo.

O prefeito Ricardo Nunes está confiscando através do Sampaprev, Sr. Presidente. Lá nós temos luta também, em São Paulo, V. Exa. estava lá, há pouco tempo, ajudando nessa luta, votou contra o Sampaprev. Mas o Sampaprev também confisca 14% de todos os servidores aposentados, servidores e servidoras aposentados, da Prefeitura de São Paulo.

Lá nós temos a luta também, com o PDL 92, do vereador Celso Giannazi, que está tramitando e visa derrubar também o decreto do confisco do Ricardo Nunes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bem, deputado Carlos Giannazi. Seguindo a lista de oradores, próximo orador, deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Deputado Vinícius Camarinha. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy. (Pausa.) Deputado Alex Madureira. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputada Andréa Werner. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.)

Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Vitão do Cachorrão. (Pausa.) Deputado Rui Alves. (Pausa.) Deputada Paula da Bancada Feminista. (Pausa.) Deputado Dr. Elton. (Pausa.) Deputada Ana Perugini. (Pausa.) Deputado Atila Jacomussi. (Pausa.)

Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Deputado Emídio de Souza. (Pausa.) Deputado Marcos Damásio. (Pausa.) Deputada Beth Sáhão. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.) Deputada Fabiana Barroso. Entrando na lista suplementar, deputado Agente Federal Danilo Balas. (pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino.

Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos
O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, nobre presidente desta sessão, deputado Reis, deputado Carlos Giannazi, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, deputado Oseias, aqui no plenário. Querida saudar aqui os funcionários da Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, hoje eu trago aqui algumas informações em relação às emendas do Partido dos Trabalhadores para o estado de São Paulo. Nós sabemos que hoje o Partido dos Trabalhadores adminstra apenas quatro cidades: a cidade de Mauá, a cidade de Diadema, a cidade de Matão e a cidade de Araraquara.

Os nossos deputados federais, lá em Brasília, encaminharam para o estado de São Paulo - queria, Machado, que pudesse colocar aqui a apresentação - um total de 201 milhões. Esse é o montante que os nossos deputados federais encaminharam para o estado de São Paulo.

Desses 201 milhões de reais que foram encaminhados para o estado de São Paulo, foram 144 transferências do Ministério da Saúde para os fundos municipais e estadual da Saúde, emendas já pagas. Quarenta e nove cidades paulistas beneficiadas, incluindo a Capital. Foram 72 repasses para o estado de São Paulo, para custeio de serviço de atendimento hospitalar, ambulatorial e à população no Sistema de Saúde, o sistema SUS.

Nós temos aqui algumas cidades, totalizando 642 milhões e 250 mil reais. Para Americana, 650 mil; Amparo, 450 mil; Araraquara, um milhão e meio; Araras, 650 mil; Assis, 350 mil; Avaré, 650 mil; Barretos, um milhão e meio; Barueri, dois milhões e 100 mil; Bauru, 100 mil; Bragança Paulista 650 mil; Campinas, seis milhões; Caraguatatuba, um milhão e meio; Francisco Morato, 650 mil; Guaratinguetá, 350 mil; Guarujá, um milhão e meio; Guarulhos, dois milhões e 350 mil; Indaiatuba, um milhão e meio; Itápolis, 350 mil; Itupeva, 100 mil; Jacareí, um milhão e meio.

Jaú, um milhão e meio; Jundiá, dois milhões e 100 mil; Limeira, um milhão e 500 mil; Lins, 650 mil; Marília, um milhão e 750 mil; Mauá um milhão e meio; Mogi das Cruzes, um milhão e meio, Mogi Guaçu, 750 mil; Olímpia, 350 mil; Ourinhos, um milhão e meio; Penápolis, 650 mil; Pindamonhangaba, 650 mil; Piracicaba, três milhões; Pirassununga 350 mil; Ribeirão Preto, dois milhões e 150 mil; Rio Claro, 650 mil; Santa Isabel, 350 mil; Santo André, três milhões e 150 mil.

Santos, um milhão e meio; São Bernardo do Campo, dois milhões e 200 mil; São Carlos, um milhão e meio; São João da Boa Vista, 650 mil; São José do Rio Preto, dois milhões e 100 mil; São José dos Campos, três milhões e meio; Sorocaba, dois milhões e 150 mil; Suzano, 350 mil; Taubaté, um milhão e meio; Valinhos, 350 mil; São Paulo, Capital, 10 milhões, 449... Quase dez milhões e meio.

E também o estado de São Paulo recebeu 125 milhões e 809; mais os 10 milhões para a Capital e mais de 64 milhões distribuídos nas diversas cidades do estado de São Paulo, totalizou 201,4 milhões de reais.

Então, essas são as emendas dos deputados federais encaminhadas para o estado de São Paulo. É importante que a gente tenha uma dimensão. Isso só para a área da Saúde. Só para a área da Saúde. Então, esses são os deputados federais do Partido dos Trabalhadores ajudando a Saúde no estado de São Paulo.

Muitas vezes, a gente ouve falar: “Ah, mas o que o PT encaminha para as cidades?” Lembrando o Partido dos Trabalhadores administra quatro cidades no estado de São Paulo. São 645 municípios. Mandamos emendas para a maioria dos municípios do estado de São Paulo terem uma estrutura de Saúde estruturada. Então, essa é a nossa parte, a nossa contribuição para ajudar o estado de São Paulo.

Essa é a parte só de emendas parlamentares dos deputados federais. Nós mandamos 144 milhões para cirurgias eletivas. O governo federal tem mandado muito recurso para os hospitais diretamente, fundo a fundo, para as prefeituras.

Então, é importante. Vamos trazer aqui todas as informações referentes a quanto o Partido dos Trabalhadores está ajudando na Saúde do estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Seguindo a lista de oradores, o próximo orador é o deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Oseias de Madureira. Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, caras colegas, deputadas e deputados, boa tarde. Hoje eu me dirijo a esta Casa, como deputado estadual comprometido com os valores evangélicos, para falar sobre um assunto que tem ocupado os corações e mentes de pessoas em todo o mundo: a guerra em Israel.

Primeiramente, gostaria de destacar que os eventos no Oriente Médio são profundamente preocupantes e dolorosos para todos aqueles que valorizam a paz e a justiça. Como evangélico, somos chamados a orar pela paz em Jerusalém, conforme nos ensina a Bíblia, em Salmo 122:6: “Orai pela paz de Jerusalém e vão prosperar aqueles que te amam”.

Entendemos que essa é uma situação complexa, com raízes históricas profundas e de tensões duradouras. No entanto, nossa fé nos ensina a buscar a paz, a reconciliação e a justiça e a condenar a violência e a destruição. O sofrimento humano, independentemente da nacionalidade ou religião, nos toca profundamente e devemos expressar a nossa solidariedade às vítimas inocentes desse terrível conflito.

É importante lembrar que, como cristãos, somos chamados a amar nossos vizinhos, a buscar a paz, a apoiar os esforços diplomáticos e humanitários e a buscar maneiras de contribuir para um mundo mais pacífico. Entretanto, não vamos equiparar a legitimidade política e histórica de Israel a grupos criminosos, sanguinários e terroristas.

Devemos lembrar também que Israel é um lugar de profundo significado espiritual. Como está escrito na Bíblia, em Gênesis, 12:3: “Deus prometeu a Abraão: ‘Abençoarei os que te abençoarem e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem’”. Portanto, devemos ser cuidadosos em nossas abordagens e buscar maneiras de apoiar os esforços pela paz em todo o território, quer seja nacional ou fora do nosso país.

Nesse sentido, não tenho dúvidas de que, onde houver uma igreja evangélica Assembleia de Deus Ministério de Madureira, ali haverá um clamor em prol da paz entre as nações e pela prosperidade de Israel. Este é o mandamento do nosso Deus e também uma orientação do nosso líder e presidente bispo Samuel Ferreira e bispa Keila Ferreira.

Ouso dizer, também, que onde houver uma igreja evangélica todos estão se unindo e clamando pela paz em Israel. Nossos corações se entristecem ao ver vidas sendo perdidas, famílias deslocadas e comunidades destruídas. Além disso, é importante reconhecer que esse conflito tem ramificações globais e afeta as comunidades em nossos próprios estados.

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

Gostaria de reiterar a importância de orar pela paz em Jerusalém e em toda a região do Oriente Médio. Devemos lembrar que, como cristãos, somos chamados a ser pacificadores e a buscar a justiça.

Que possamos continuar a trabalhar juntos para promover a paz, a reconciliação e a compreensão entre todas as pessoas. Que Deus abençoe a todos nós e que possamos ser instrumentos de paz e esperança em um mundo cheio de desafios e conflitos. Que Deus abençoe Israel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando sequência à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente e na lista suplementar, com a palavra o deputado Reis. Enquanto V. Exa. se dirige à tribuna eu quero mais uma vez aqui da Presidência da Assembleia Legislativa de São Paulo cobrar o envio do PLC das APDs.

O governo prometeu, o secretário Renato Feder, dono da Multilaser, prometeu inúmeras vezes, deputado Reis, encaminhar o projeto para flexibilizar as APDs, as Atividades Pedagógicas Diferenciadas. Porém, até agora, hoje é dia 11 de outubro, 14 horas e 22 minutos, e o PLC não foi ainda protocolado na Assembleia Legislativa de São Paulo.

E com isso os professores e as professoras estão sofrendo nas nossas escolas, sendo vítimas de um verdadeiro, também, terrorismo psicológico, Sr. Presidente, porque as APDs estão massacrando o Magistério estadual. Por isso que é importante

que o projeto seja encaminhado e que nós possamos votar em Regime de Urgência.

Muito obrigado.

Com a palavra o deputado Reis.

O SR. REIS - PT – Quero cumprimentar o presidente Carlos Giannazi, o deputado Major Mecca, o deputado Suplicy, o deputado Oseias de Madureira, o público presente, os funcionários desta Casa, os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Penal, da Polícia Militar, da Polícia Técnico-Científica e, também, todos que nos acompanham pela Rede Alesp.

Presidente Carlos Giannazi, quero dar conhecimento a todos, que o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, lança hoje o Plano de Ação na Segurança, o PAS, e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o Pronasci.

O evento está sendo na arena de Pernambuco, em São Lourenço da Mata, região metropolitana do Recife, e reúne prefeitos, ministros, deputados estaduais, deputados federais.

A agenda inclui a entrega simbólica de 22 viaturas, para reforço da Patrulha Maria da Penha e policiamento ostensivo, e entrega de equipamentos e veículos para o sistema penitenciário.

Também há a autorização para a construção de uma Casa da Mulher Brasileira, no valor de R\$ 16 milhões, e a formalização do repasse dos valores do Fundo Nacional de Segurança Pública e da Operação Escola Segura, que, juntos, somam R\$ 41 milhões.

Oito municípios são os primeiros beneficiados: Altinho, Camaragibe, Camocim de São Félix, Caruaru, Igarassu, Olinda, Recife e Serra Talhada.

Na verdade, eu quero falar, também, do trabalho do ministro Flávio Dino, um excelente trabalho à frente do Ministério da Justiça.

Mas eu quero aqui, presidente Giannazi, reforçar que mesmo com todo esse trabalho, com a eficiência que tem o ministro Flávio Dino, com as respostas que ele tem dado todas as vezes que ele foi chamado ao Congresso, chamado à Câmara dos Deputados, chamado ao Senado Federal, mas nós temos que cobrar do presidente Lula que se crie o Ministério da Segurança Pública.

O Ministério da Segurança Pública fez parte do programa de governo na campanha eleitoral e, depois que o presidente assumiu, tomou posse, acabou ali o Flávio Dino convencendo o presidente de que a pasta da Segurança Pública deveria ficar junto com a Justiça.

E por tudo que a gente vem acompanhando e que vem acontecendo no País, é importante um Ministério da Segurança Pública para entregar, interagir, integralizar as ações de Segurança Pública em todo o País, no combate ao crime organizado, em investimentos nas polícias.

E, principalmente, a gente não pode, de forma alguma, tolerar o que aconteceu no Rio de Janeiro com a morte daqueles médicos brutalmente assassinados, e que depois os assassinos também assassinados por ordem do próprio crime organizado.

Em um Estado Democrático onde impera a lei, isso não pode acontecer. Se nós defendemos que o direito à vida é inviolável, é inalienável, como pode o crime agora fazer o seu tribunal e decidir quem vive e quem morre?

Então há, sim, necessidade de que tenhamos o Ministério da Segurança Pública, de que tenhamos um ministério que possa atuar contando com toda a tecnologia disponível para mapear o crime.

É preciso ter pessoal altamente especializado e comprometido, de total confiança do Estado brasileiro, capaz de se responsabilizar pelas fronteiras, por exemplo, capaz de atuar no combate aos criminosos que instalam seus negócios nas comunidades. É necessário que o País tenha uma força que oriente a ação das polícias nos estados, a partir de dados e do serviço de rastreamento da ação organizada dos criminosos.

Hoje temos a criminalidade aumentando nos centros urbanos, nos extremos do País. Vemos criminosos quase se apossarem da Amazônia, enquanto outras vertentes se abancam nos morros do Rio de Janeiro, no Guarujá e outras cidades. Por isso, precisamos de uma estrutura especializada para fazer frente a esses núcleos que disseminam o crime.

O Flávio Dino é um excelente ministro, ele responde muito bem, ele conhece muito bem a Bíblia, volta e meia ele já se defende, defende as questões falando sobre um versículo da Bíblia. Mas isso não é suficiente para combater o crime organizado. Nós queremos que o governo federal institua, crie o Ministério da Segurança Pública. Fez parte do seu programa de governo na campanha eleitoral e isso tem que se materializar.

Por isso, Sr. Presidente, eu peço, inclusive, que V. Exa. encaminhe as notas taquígráficas, encaminhe essa minha fala ao Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - As notas taquígráficas serão enviadas ao presidente da República, atendendo a sua solicitação. Com a palavra o deputado Simão Pedro. (Pausa.) Com a palavra o deputado Major Mecca, que fará uso regimental da tribuna.

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. e Sras. deputados.

A verdade, deputado Reis, é que nós não podemos ser condescendentes com grupos criminosos, com grupos terroristas, a exemplo do que o mundo vem acompanhando e assistindo. O terror implantado pelo grupo extremista Hamas é o que nós temos que acabar.

Crime, terrorismo, não se combate com flores. O crime, o terrorismo, se combate com homens que representam a lei, bem armados, bem treinados, como é o que vai acontecer agora com o grupo Hamas em relação às forças de Israel. Podem esperar. Israel acabará com o grupo Hamas, porque é um grupo terrorista, muito diferente do que são os palestinos que buscam a paz. Eu falei hoje, na Comissão de Direitos Humanos, quando arde a barba do vizinho, nós temos que colocar a nossa de molho.

O Brasil compactua e é condescendente com facção criminosa. Por que os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas acham que o nosso povo diariamente tem que conviver com morte de médicos, como aconteceu no Rio de Janeiro.

Os médicos, que serviam aqui no Hospital das Clínicas, que foram participar de um curso no Rio de Janeiro, foram executados, reunidos durante uma noite, para conversar e se recompor para o dia seguinte de trabalho. Foram executados por integrantes de facção criminosa. Por que isso aconteceu?

Porque, Sr. Presidente, e eu gostaria que as notas taquígráficas da minha fala também fossem enviadas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porque o seu partido, Sr. Presidente, o PT, é condescendente com facções criminosas.

É porque o seu partido, presidente Lula, afaga a cabeça de bandido. É porque os senhores permitiram que o crime organizado ocupasse territórios não só aqui em São Paulo, mas em todos os demais estados, a exemplo do Rio de Janeiro.

Por que o ministro da Justiça e Segurança Pública, o ministro Flávio Dino, adentra sozinho dentro de um território controlado pelo crime organizado, quando nós, policiais, deputado Reis, sabemos que ninguém entra em uma área dessas se não for com autorização dos traficantes, que no Brasil são terroristas criminais, que subjugam a nossa população de bem, quando eu citei hoje na Comissão, o governador Tarcísio de Freitas foi recebido a tiros de fuzil dentro de Paraisópolis.

Eu digo, porque eu conheço a comunidade de Paraisópolis, como inúmeras outras em São Paulo, que são formadas por mais de 95% de pessoas de bem, pessoas que são reféns do crime organizado.

O que acontece quando a polícia adentra em um território desses para combater o crime e defender o cidadão de bem?